



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Processo: TC-006999/989/20

Município: São Luiz do Paraitinga

Exercício: 2021

Aplicação no ensino:	25,69%
Recursos do FUNDEB destinados aos	
Profissionais do Magistério:	77,08%
Despesas com pessoal e reflexos:	47,24%
Saúde:	27,37%

Senhora Assessora Procuradora-Chefe:

Em exame as contas da Prefeitura
Municipal de São Luiz do Paraitinga, exercício de 2021.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Pareceres pretéritos das contas da
Municipalidade em questão:

- 2020 – TC – 3016/989/20 – Parecer Favorável
- 2019 – TC – 4668/989/18 – Parecer Favorável
- 2018 – TC – 4327/989/18 – Parecer Favorável

Consta dos autos que a **Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga** observou as normas constitucionais e legais no que se refere à aplicação na remuneração dos profissionais do magistério, saúde, ensino, despesa com pessoal, transferências de duodécimos ao Legislativo, subsídios dos agentes políticos e encargos sociais.

Quanto aos itens **C.1.3 - Não houve a contratação de profissional de serviço social para atuação exclusiva na rede pública escolar, em desatendimento a Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019; G.1.2 - A ouvidoria não elaborou Relatório de Atividades do exercício de 2020, contendo a consolidação das manifestações encaminhadas pelos usuários de serviços públicos; G.1.2 - A Prefeitura não elaborou a "Carta de Serviço ao Usuário", que trata dos serviços prestados pelos seus órgãos e entidades, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

atendimento ao público, conforme artigo 7º, § 2º e 3º, da Lei Federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017; G.1.2 - A Prefeitura não regulamentou e instituiu o Conselho de Usuários, nos termos definidos nos arts. 18 a 21 da Lei Federal nº 13.460/2017, levando em conta alegações defensórias, proponho sejam relevadas as falhas anotadas e que a Origem regularize o anotado pela fiscalização, podendo em próximo roteiro verificar medidas corretivas anunciadas.

O município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M):

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021
IEG-M	C+	C	C
i-Planejamento	C	C	C
i-Fiscal	B	C+	B
i-Educ	B	B	B
i-Saúde	C+	B	B
i-Amb	C	C	C
i-Cidade	B	C+	B
i-Gov-TI	C+	C	C

No exercício examinado, São Luiz do Paraitinga manteve o conceito geral C, indicando que a Administração deixou de promover ações para melhora dos níveis de eficiência, eficácia e efetividade impressos à aplicação dos recursos públicos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Embora conservando o Município o indicativo de baixa qualidade geral dos gastos e investimentos públicos aferidos pelo IEG-M, verifico que houve melhora nos conceitos i-Fiscal e i-Cidade para “B”, bem como, os i-Saúde e i- Edu mantiveram a mesma classificação “B”.

Relativo aos itens **A.2. IEG-M – I-Planejamento; E.1. IEG-M – I-AMB; F.1. IEG-M – I-Cidade; G.3 IEGM – I- GOV TI; H.1. Perspectivas de Atingimento das Metas Propostas Pela Agenda 2030 entre Países-Membros da ONU, Estabelecidas por Meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS e H.3. Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal**, considerando as justificativas e providências regularizadoras comunicadas, proponho, de uma forma geral, sejam relevadas as impropriedades anotadas, sem embargo de recomendação para que a Origem se abstenha das práticas impugnadas e adote medidas objetivando melhorar os índices apurados, em especial os conceitos indicados pelo índice C e que a Fiscalização, por ocasião do próximo exame in loco, confirme a adoção das medidas corretivas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Itens relacionados à **Gestão Fiscal** foram analisados pelo setor abalizado (ev. 72) que concluiu favoravelmente a aprovação das contas com recomendações.

Por outro lado, consta do item **B.1.5.1** – apontamento de **Precatório** no valor de R\$ 16.761,97, registrado no TJSP, não quitado e sem depósito nas contas do Tribunal de Justiça para o exercício.

Instada a Origem, informou que o depósito ocorreu na conta do juízo de origem, sendo julgado extinto o processo.

Entretanto, tal alegação esta destituída de prova documental, impedindo aferição de quando efetivamente foi feito o alegado pagamento, já que nas justificativas apresentadas (ev.60), há transcrição de decisão do DEPRE publicada em junho deste ano mencionando o alegado processo.

Portanto, não considero sanado o apontamento.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Igualmente sobre o item **G.1.2 - Concessão da Revisão Geral Anual** na remuneração dos servidores municipais no período vedado pela Lei Complementar Federal n.º 173/2020, alegações apresentadas não se encaixam as hipóteses descritas no Art. 8º, inciso I, "in fine", do referido diploma legal, mantendo, portanto, a irregularidade anotada.

Conclusão

Ante o exposto, manifesto-me pela emissão de parecer **desfavorável** às contas da Prefeitura de **São Luiz do Paraitinga**, relativas ao exercício de **2021**.

Ressalto, contudo, que o posicionamento aqui adotado não alcança os aspectos pertinentes às demais áreas de atuação desta ATJ.

À consideração de Vossa Senhoria.

A.T.J. 21 de outubro de 2022.

Paulo Sergio de Souza Loureiro

Assessoria Técnica